



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO
SEÇÃO DE COMPRAS

EDITAL Nº 1457/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

Processo Administrativo nº 23072.273470/2025-17

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Minas Gerais, CNPJ 17.217.985/0051-73, por meio do Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura - DEMAI/UFMG, sediado na Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31.270-901 na cidade de Belo Horizonte/MG, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O COMPRAS.GOV.BR E O TERMO DE REFERÊNCIA, PRINCIPALMENTE NO TOCANTE À DESCRIÇÃO DO OBJETO, PREVALECERÁ O DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Data da Sessão Pública: 02/07/2026

Hora Inicial: 10h00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de peças e materiais diversos, a serem utilizados nas unidades acadêmicas e administrativas dos Campi UFMG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 111 (cento e onze) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens 01 ao 110 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº14.133, de 2021](#).
- 2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno

porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve

programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Marca.

5.1.2. Fabricante.

5.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e

registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais

da fase fechada.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento

da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, de no mínimo 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital,

observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado instrumento equivalente ao contrato, qual seja, a Nota de Empenho.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do envio da Nota de Empenho, por correio eletrônico no endereço eletrônico (e-mail) informado pelo adjudicatário em sua proposta e nos cadastro do SICAF para confirmar o seu recebimento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente, a administração poderá, além da forma descrita acima:

a) encaminhá-lo via correspondência postal com aviso de recebimento (AR);

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições no Anexo I do Termo de Referência e da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://sei.ufmg.br/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos

itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras@sim.ufmg.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://compras.gov.br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

Belo Horizonte, data conforme assinatura eletrônica.

João Eduardo Ribeiro

Chefe da Seção de Compras – SCO
Departamento de Apoio Administrativo – DAA
Pró-Reitoria de Administração – PRA
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Ribeiro, Chefe de seção**, em 19/06/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5274125** e o código CRC **5DCAACCB**.

DEP. DE MANUTENCAO E OPERACAO DA INFRAESTRUTU

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	153267-DEP. DE MANUTENCAO E OPERACAO DA INFRAESTRUTU	WALDIR JACOB DE OLIVEIRA	16/06/2026 17:08 (v 0.10)
Status	ASSINADO		





Outras informações












Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23072.273470/2025-17








1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO









1.1. Aquisição de peças e materiais diversos, a serem utilizados nas unidades acadêmicas e administrativas dos Campi UFMG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



Tabela 1 - Objeto da contratação

Item	CATMAT	Descrição	Unid	Quant	Imagem	Valor unitário	Valor total
1	214666	Abraçadeira Aço Aperto 10 a 12 mm p/ Mangueira Combustível; Material: Aço carbono; Largura da fita: 9MM; Para mangueira de diâmetro externo de 10 a 12 mm	un	50		R\$ 2,21	R\$ 110,50
2	215143	Alicate 6 Pol. de Bico Meia Cana Produto em conformidade com a NBR 9699 e NR10. Isolação 1.000 V para uso em locais com baixas tensões de até 1.000 V em corrente alternada. Articulação suave para facilitar o uso. Os cabos possuem um formato ergonômico para aumentar o conforto.	un	15		R\$ 45,02	R\$ 675,30
3	336881	Alicate Corte Diagonal 6", Com Isolação Até 1.000 V; Marca não restritiva: Vonder Referência não restritiva: VDO88 Dimensões aproximada: 12x540x400mm Cor: Amarela Material da alça ou do cabo: Plástico	un	15		R\$ 95,38	R\$ 1.430,70
4	441194	Alicate Rebitador Profissional Tipo Alavanca; Para Rebites de: 1/8">3,2mm - 5/32">4,0mm - 3/16">4,8mm; Corpo em Aço Carbono Polido e Cabo Emborrachado; A Rebitadeira ou Alicate Rebitador manual tipo Alavanca é uma ferramenta que é usada para fixar rebites em diferentes materiais como peças de metal, inox, alumínio, plástico entre outros; Marca não restritiva: Fertak Tools	un	2		R\$ 89,87	R\$ 179,74
		Alicate Universal 8", Para Eletricista,					









5	445372	Profissional, Crv, 1.000 V. Produto em conformidade com a NBR 9699 e NR10. Isolação 1.000 V para uso em locais com baixas tensões de até 1.000 V em corrente alternada. Articulação suave para facilitar o uso. Os cabos possuem um formato ergonômico para aumentar o conforto	un	15		R\$ 47,16	R\$ 707,40
6	483620	Balança Para Ar Condicionado Refrigeração Até 100kg Digital; Marca não restritiva: Friven; Código de Referência: 20003.0701.81; Capacidade: 100 kg / 220 libras; Precisão: +-0,5%; Resolução: 5 g; Unidade: Lb / Kg / Oz; Tensão de alimentação: 9V DC; Temperatura de operação: 0°C a 45°C / 32°F a 113°F; Peso: 3,7 Kg; Dimensões do produto: 38 x 33 x 9,15 cm; Dimensões da plataforma: 24 x 24 cm	un	1		R\$ 586,29	R\$ 586,29
7	484171	Bateria estacionária VRLA 12V/5Ah p/ nobreak, ref. Unipower UP1250	un	50		R\$ 96,00	R\$ 4.800,00
8	483860	Bateria estacionária VRLA 12V/7Ah p/ nobreak, ref. Unipower UP1270E	un	100		R\$ 109,94	R\$ 10.994,00
9	399632	Cabo de força tripolar (Padrão Brasileiro / 20 A / 250 V); para forno micro-ondas (com terminal de encaixe)	un	30		R\$ 42,49	R\$ 1.274,70
10	398427	Cabo de força tripolar 1,5 m, padrão BR NBR14136, 127/220V, 10A, condutor 3x0,75 mm², plug 3 pinos e conector IEC reforçado, PVC antichama, certificado INMETRO	un	100		R\$ 21,86	R\$ 2.186,00
11	400095	Capacitor 10Mf +-5% 250VAC; Modelo pequeno para ventilador	un	200		R\$ 11,58	R\$ 2.316,00
12	418047	Capacitor 4,5Mf +-5% 250VAC; Modelo pequeno para ventilador	un	60		R\$ 26,28	R\$ 1.576,80
13	418049	Capacitor 8,5Mf +-5% 250 VAC; Modelo pequeno para ventilador	un	40		R\$ 18,58	R\$ 743,20
14	362466	Capacitor AT 0,9 µF / 2100 VAC, 50/60 Hz, filme PP, metálico selado, term. fast-on, c/ resistor - para forno micro-ondas	un	60		R\$ 27,98	R\$ 1.678,80
15	422287	Capacitor Duplo 30+2.5 Mfd +- 5% 440V com Terminal 50mm X 80mm Corpo Alumínio	un	20		R\$ 25,88	R\$ 517,60

16	418142	Capacitor Duplo 40+2.5 Mfd +- 5% 440V com Terminal 50mm X 100mm Corpo Alumínio	un	30		R\$ 38,68	R\$ 1.160,40
17	455271	Capacitor Duplo 50+2.5 Mfd +- 5% 440V com Terminal 50mm X 100mm Corpo Alumínio	un	30		R\$ 44,33	R\$ 1.329,90
18	428401	Capacitor Duplo 60+2,5 Mfd +- 5% 440V com Terminal 55mm X 105mm Corpo Alumínio	un	20		R\$ 28,17	R\$ 563,40
19	467260	Capacitor Simples 5 Mfd 380V com Terminal 40mm X 60mm Corpo Alumínio	un	20		R\$ 14,70	R\$ 294,00
20	418049	Capacitor Simples 7 Mfd 380V com Terminal 40mm X 60mm Corpo Alumínio	un	20		R\$ 11,26	R\$ 225,20
21	290892	<p>Carrinho Carga Dobrável e Retrátil para uso Profissional Multiuso 100% em Metal e Alumínio 100kg; - Punho tubo de aço de alta qualidade</p> <p>- Estrutura em tubo quadrado em liga de alumínio especial - Punho telescópico dobrável em aço - Estrutura 100% liga de alumínio e ferro</p> <p>- Rodas em metal com rolamento e pneus maciços em borracha</p> <p>- Pneus indicados para carga pesada 100% de borracha maciça</p> <p>- Eixo em aço</p> <p>- Placa (Base) em aço no formato estampado e pintura eletrostática (epoxi)</p> <p>- Todo sistema de aparafusamento em aço com molas e porcas travantes</p> <p>Marca não restritiva: Idea+Pro</p> <p>Modelo não restritivo: Dobrável e Retrátil 100 Kg</p> <p>Cor: Prateado</p> <p>Dimensões aproximadas: 1.08 m x 40 cm x 42 cm</p> <p>Peso: 3,2 kg</p> <p>Materiais da carrinho: Alumínio/Aço</p> <p>Materiais das rodas: Borracha</p> <p>Quantidade de rodas: 2</p> <p>Diâmetro da rodas do carrinho: 12 cm</p> <p>É dobrável: Sim</p> <p>Com alça expansível: Sim</p> <p>Peso máximo suportado: 100 kg</p> <p>Largura da base: 35,5 cm</p> <p>Altura da base: 71 cm</p>	un	2		R\$ 586,25	R\$ 1.172,50
22	385448	<p>Célula Peltier Universal Para Purificador De Água e Bebedouros; Modelo não restritivo: TEC1-12706</p> <p>Faixa de temperatura: -30 a 70 Graus Celsius</p> <p>Tensão: 5V a 12V</p> <p>Corrente de operação: 0-6A</p> <p>Potência máxima: 60W</p> <p>Dimensões: 40 x 40mm</p>	un	30		R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
		Chave De Fenda 1/8 X 4 largura da ponta: 1/8" -					


23	377216	3,18 mm; Comprimento da haste: 4" - 101,0 mm; Material da haste: Aço cromo vanádio; Acabamento da haste; Niquelado.	un	15		R\$ 5,70	R\$ 85,50
24	301966	Chave De Fenda cotoco 1/4x1.1/2; Ponto VCAT 100c Resistência A Tração: 400 A 600 Kgf/Cm Resistência Do Isolamento Das Chaves Isoladas: 1000 Volts Haste Em Cromo Vanádio Acabamento Niquelado E Polido	un	15		R\$ 8,03	R\$ 120,45
25	448662	Chave de Impacto Manual com 7 Peças; Com sistema de reversão (direito e esquerdo). Bits em aço cromo vanádio. Indicado para soltar parafusos travados. Material: Aço cromo vanádio Tipo de encaixe do martelete: Sextavado - 8 mm - 5/16" Sistema de reversão: Sim Comprimento corpo do martelete: 165 mm Diâmetro do corpo do martelete: 31 mm Massa aproximada (peso): 1 kg Conteúdo da Embalagem: 1 Martelete de impacto manual. 1 Bits phillips PH2, com comprimento de 36 mm 1 Bits phillips PH3, com comprimento de 36 mm 1 Bits fenda 9 mm, com comprimento de 36 mm 1 Bits fenda 11 mm, com comprimento de 36 mm 1 Bits phillips PH3, com comprimento de 80 mm 1 Bits fenda 8 mm, com comprimento de 80 mm Marca não restritiva: VONDER	un	3		R\$ 103,52	R\$ 310,56
26	404591	Chave Parafusadeira De Impacto Pneumática 1/2" Polegada; Sistema Duplo Martelo Torque 780Nm com Maleta e Soquetes Acompanha: - Chave hexagonal - Adaptador com rosca para engate rápido • Jogo com 13 peças, sendo: - 10 Soquetes sextavados: 9 – 10 – 11 – 13 – 14 – 17 – 19 – 22 – 24 – 27 mm - Extensão de 5" - Maleta - Chave Parafusadeira de impacto Marca Não restritiva: FORTG Referencia não restritiva: FORTGPRO-FG3300.13	un	1		R\$ 600,00	R\$ 600,00
27	249827	Chave Phillips Cotoco Ph2 1/4"x1.1/2" Aço Crv Modelo: Phillips (PH2); Medida: 1/4"x1.1/2" Material: Liga S2 / Cabo Policarbonato	un	15		R\$ 9,98	R\$ 149,70
28	628533	Conector elétrico FASTON fêmea pré-isolado, p/ cabos 1–1,5 mm²	un	100		R\$ 0,35	R\$ 35,00
29	338545	Conector elétrico FASTON fêmea pré-isolado, p/ cabos 1,5–2,5 mm²	un	100		R\$ 0,51	R\$ 51,00
30	253991	Conector elétrico FASTON fêmea pré-isolado, p/ cabos 4–6 mm²	un	100		R\$ 0,57	R\$ 57,00





31	277867	Contator Tripolar 12a 220vca 1na	un	5		R\$ 160,80	R\$ 804,00
32	261451	Contator Tripolar 25a 220vca 1na	un	15		R\$ 193,08	R\$ 2.896,20
33	261453	Contator Tripolar 32a 220vca 1na	un	15		R\$ 239,35	R\$ 3.590,25
34	621409	Controlador de temperatura com quatro saídas configuráveis como: refrigeração, aquecimento, ventilação mínima, alarme e temporizados (timer cíclico). Possui alarme sonoro interno (buzzer), filtro digital configurável e aceita 2 tipos de sensores: termistor NTC (-50 a 105°C) e PT-100* (-200 a 300°C)	un	3		R\$ 784,58	R\$ 2.353,74
35	352668	Controle Chave Para Ventilador De Parede Oscilante Bivolt; Para todas as marcas de ventilador Cor Branco - Liga e desliga ventilador - Controle de velocidade rotativo - Instalação para caixinha 4x2 - Voltagem: Bivolt Marca não restritiva: Rima Eletro	un	50		R\$ 30,01	R\$ 1.500,50
36	607560	Cortador de Tubos EOS 1/8" a 1.1/8"; Modelo não restritivo: EOS-TC274 Capacidade: 1/8" à 1.1/8"	un	5		R\$ 53,24	R\$ 266,20
37	450481	Esponja vegetal p/ limpeza de ferro de solda 70x50 mm, ref. Hikari	un	10		R\$ 15,15	R\$ 151,50
38	432795	Filtro C+3 para Purificador de Água IBBL; Girou, trocou. DIMENSÕES E PESO: Altura: 22,3 cm Largura: 6,2 cm Profundidade: 6,2 cm Peso: 316 kg Marca Não restritiva: IBBL	un	100		R\$ 51,74	R\$ 5.174,00
39	360415	Filtro para bebedouro de coluna (universal) vazão: 20 l/h; Grau de filtração: 10 micra Refil para ponto de uso (pou) Diversos modelos de bebedouros que utilizam elementos filtrantes com rosca, na altura indicada. Pressão de operação: 19,6 kpa mín. / 392 kpa máx. Temperatura de operação: 5°C mín. / 50°C máx. Composição: abs, polipropileno e carvão ativado Retenção de partículas: classe c Com redução do cloro livre Vazão: 20 l/h Grau de filtração: 10 micra Código de barras - rosca curta: 7896811100496 Peso bruto: 0,154 kg	un	350		R\$ 19,21	R\$ 6.723,50





		Peso líquido: 0,139 kg Diâmetro do refil: 73mm Rosca de entrada 1/2 (macho) Saída para mangueira de 1/4 Ref. Não restritiva: new filter flow					
40	399941	Filtro Secador Ø32 1/4 Rosca; Filtro Secador Rosca 1/4" rosca Diâmetro maior aproximado: 35,00mm Marca não restritiva: Danfoss Código não restritivo: 023Z5035 Modelo não restritivo: DML032	un	20		R\$ 51,22	R\$ 1.024,40
41	483796	Filtro Secador S/ Molecular 1 Entrada X 4 Saídas cobre; Filtro secador em cobre sem molécula de sílica, com 1 entrada e 4 saídas para capilar. Marca não restritiva: Difusor Aplicação: Refrigeração, Ar Condicionado, HVAC-R	un	50		R\$ 7,84	R\$ 392,00
42	374159	Fita PVC Branca para Instalação de Split 10m x 0,10m	un	200		R\$ 7,59	R\$ 1.518,00
43	449828	Fita Silver Tape 48mmx50m Branca Reforçada Branco Liso	un	50		R\$ 38,25	R\$ 1.912,50
44	301035	Fonte Ajustável Regulada Bancada Display Colorido 36v 6a; – Especificações: – Modelo: 36V 6A 216W – Modos Corrente contínua e voltagem contínua – Tensão de entrada: 6.00V - 36.00V – Tensão de saída: 0V - 36.00V – Corrente de saída: 0A a 6A – Potência de saída: 00.00 - 216.0W – Resolução da tensão de saída: 0.01V – Resolução da corrente de saída: 0.001A – Conexões: IN+ e IN- (entrada) e OUT+ e OUT- (saída) – Ajustes e seleção de menus por botoes e encoder (potenciômetro digital) – Função carregamento de bateria – Proteção contra curto-circuito e conexão inversa Mecanismo de protecção: 1. entrada de conexão anti-reverso; 2. prevenção do fluxo de saída; 3. proteção de subtensão de entrada (5.8-36v ajustável, padrão 5.8v) 4. proteção de sobretensão de saída (0.6-36v ajustável, padrão 36v) 5. output proteção contra sobrecorrente (0-6a ajustável, padrão 6a) 6. output sobre a proteção de energia (0 - 220w ajustável, padrão 216w) 7. sobre a proteção da temperatura (80-110 °c ajustável, padrão 110 °c) 8. proteção do tempo limite (0 -100h ajustável, fechado por padrão) 9. proteção da sobre-capacidade (0-60ah ajustável, fechado por padrão) – Dimensões: 79 x 45 x 50mm	un	1		R\$ 428,46	R\$ 428,46









45	611352	Fonte/carregador bivolt 100–240V 50/60Hz, saída 24V 5A, potência 120W, bivolt automático	un	20		R\$ 101,87	R\$ 2.037,40
46	600950	Furadeira e Parafusadeira de Impacto; Marca não restritiva: Stanley Modelo não restritivo: SCD711C2K Com Carregador e Bateria 20V Acompanha maleta de ferramentas para melhor organização, 2 baterias 1,5 Ah - 20 V de Ion de Lítio, 1 carregador e luz de LED para locais de baixa visibilidade. Velocidade de rotação de 400 - 1500rpm e capacidade de 25500 batidas por minuto. Marca Não restritiva: Stanley	un	2		R\$ 904,59	R\$ 1.809,18
47	622398	Fusível cerâmico p/ micro-ondas 20A/250V, 6×30 mm	un	100		R\$ 3,26	R\$ 326,00
48	398852	Fusível de vidro alta tensão p/ micro-ondas 5kV 800mA, fio interno espiral	un	30		R\$ 7,62	R\$ 228,60
49	607559	Garrafa Injetora 141b P/ Limpeza Ar Condicionado Split; Garrafa injetora de fluido de limpeza 141b, com válvula de segurança. Inclui Pistola e Manômetro. Projetado para funcionar com qualquer agente de descarga de baixo peso que possa ser misturado com ar pressurizado. Excelente para remover excesso de óleo refrigerante e qualquer outro tipo de impurezas do sistema do A/C de modo rápido e eficiente. Entrada na parte superior para adicionar 141b e pressurização e na parte de baixo sairá o fluido para limpeza na pistola diretamente acoplada na tubulação Entrada e saída do cilindro (Padrão manifold) Pode pressurizar com o próprio fluido refrigerante ou nitrogênio, o cilindro suporta pressões até 180 psi. Marca não restritiva: EOS	un	1		R\$ 329,26	R\$ 329,26
50	460112	Gás refrigerante 407C - 11,3 kg	un	10		R\$ 955,86	R\$ 9.558,60
51	603589	Gás refrigerante R22 - 13,6 kg	un	60		R\$ 1.142,08	R\$ 68.524,80
52	400047	Gás refrigerante R410A - 11,34 kg	un	30		R\$ 1.411,10	R\$ 42.333,00
		Jogo de Soquetes Sextavados de 4 a 14 mm e 3/16 a 1/2" com Encaixe de 1/4"; Jogo de Soquetes 1/4" Material dos Acessórios: Cromo - Vanádio					










53	441808	<p>Soquetes em milímetros e polegadas</p> <p>Composição do Jogo:</p> <p>21 soquetes com medidas: 4; 4,5; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 mm / 1/2; 7/16; 3/8; 11/32 ;5/16; 9/32; 1/4; 7/32; 3/16 pol.</p> <p>Cabo de Força 1/4"</p> <p>Catraca Reversível com botão para soltar o soquete 1/4"</p> <p>Cabo Fixo 1/4"</p> <p>Junta Universal 1/4"</p> <p>Cabo "T" 1/4"</p> <p>Extensão 2"</p> <p>Extensão 6"</p> <p>Marca não restritiva: Belzer</p>	un	3		R\$ 535,23	R\$ 1.605,69
54	343779	<p>Jogo Flangeador E Cortador De Tubos 1/8 - 1.1/8; Marca não restritiva: Vonder</p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Flangeador. - 1 Maleta plástica. - 2 Bases de fixação dos tubos polegadas e milímetros (3/16", 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4", 5 mm, 6 mm, 8 mm, 10 mm, 12 mm, 16 mm e 19 mm). - 1 Cortador de tubos. - 1 Rebarbador - Flangeador e cortador de tubos, jogo com 6 peças, 1/8" à 1.1/8". - Possui escareador para a remoção de possíveis rebarbas ou irregularidades. - Indicado para cortar, flangear, e alargar /expandir tubos de cobre e alumínio. - Material do flangeador para tubos:Ferro fundido nodular. - Capacidade do flangeador:1 Flangeador (base) com as medidas em polegadas: 3/16", 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4". - Flangeador (base) com as medidas em milímetros: 5 mm, 6 mm, 8 mm, 10 mm, 12 mm, 16 mm e 19 mm. - Massa aproximada (peso):2.66 kg 	un	10		R\$ 374,56	R\$ 3.745,60
55	479330	<p>Kit Anéis de Vedação O-ring para Ar Condicionado; Kit com 270 Peças</p> <p>Com 18 tamanhos diferentes</p> <p>Fabricados em borracha nitrílica (NBR)</p> <p>Marca não restritiva: Lisfer</p> <p>Modelo não restritivo: Lf-0261</p>	un	2		R\$ 73,30	R\$ 146,60
56	325850	<p>Kit de Manifold Profissional EOS com Mangueira de 1,2m para R22/R134A/407com404A e Maleta; Modelo não restritivo: EOS-VMG-2-R22-B</p> <p>Acessórios Inclusos: 01 kit de Manifold, 03 Mangueiras de 1,2m, 01 Maleta</p> <p>Comprimento da Mangueira (m): 1,2m</p> <p>Conexões: 1/4" e 1/4"</p> <p>Diâmetro do Manômetro: 68mm</p> <p>Peso Líquido (Kg): 2,4 Kg</p> <p>Pressão Máxima: 600 psi 42kg/cm² 42 bar</p> <p>Tipos de Escala: °C / BAR / PSI</p>	un	2		R\$ 384,50	R\$ 769,00
57	322741	<p>Kit Jogo Chave Torx Aço Tipo L Com 10 Peças T9 A T50 10 Peças com as medidas: T9, T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45, T50; - Material: Aço carbono</p>	un	10		R\$ 55,99	R\$ 559,90
		Limpador Ar Condicionado Desincrustante Concentrado 5l					





58	301134	- Produto altamente concentrado, permite diluições rápidas e eficientes; - Forte poder de remoção de sujeira e incrustações; - Facilmente removível por enxague.	un	40		R\$ 132,00	R\$ 5.280,00
59	604200	Magnetron p/ micro-ondas, fixação horizontal, ref. Witol 2M219J	un	10		R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
60	604200	Magnetron p/ micro-ondas, fixação vertical, ref. Witol 2M219K	un	10		R\$ 124,89	R\$ 1.248,90
61	481450	Martelete Pneumático com ponteiros; - Diâmetro da ponteira: 102 mm - Medida total: 190 mm - Entrada de ar: 1/4" - Golpes: 3500 GPM - Pressão de operação: 90 lbf/pol² - Consumo de ar: 4,8 pcm • Acompanha 4 ponteiros: - 1 Cinzel - 1 Talhadeira - 1 Talhadeira em "V" - 1 Talhadeira com chanfro	un	1		R\$ 854,81	R\$ 854,81
62	604201	Micro chave para forno micro-ondas // Modelo de referência: KW11-7-1	un	100		R\$ 4,17	R\$ 417,00
63	321982	Paquímetro universal 0-200mm Resolução 0,02 mm; Faixa de medição mínima 0 mm Faixa de medição máxima 20 cm Modelo: Analógico Universal Capacidade: 200mm / 8"pol Resolução / Graduação: 0,02 mm Saída de Dados: Não Marca de referência: Mitutoyo	un	3		R\$ 479,87	R\$ 1.439,61
64	479192	Pasta Térmica de Alto Desempenho para Pc Console; Tipo: Prata Construção: Silicone, Óxido Metálico e Carbono Condutividade Térmica: 4.8W/M-K Temperatura Operacional: 50-240°C Peso: 30g	un	15		R\$ 58,06	R\$ 870,90
65	388481	Plug macho p/ rabicho 2P+T, 10A, modelo PLD1-3	un	30		R\$ 6,01	R\$ 180,30
66	403541	Plug macho p/ rabicho 2P+T, 20A, modelo PLD2-3	un	30		R\$ 7,70	R\$ 231,00
67	329420	Pontas de Prova para Alicata Amperímetro e Multímetro CAT III 1000V; -Tensão máxima das pontas de prova: 1000V -Corrente máxima das pontas de prova: 10A -Categoria de sobretensão das pontas de prova: CAT III 1000 V -Comprimento do cabo das pontas de prova: 1000mm	un	30		R\$ 35,61	R\$ 1.068,30

68	346278	Porca flange 1/4", latão premium, p/ linhas de cobre, gás e ar	un	50		R\$ 6,36	R\$ 318,00
69	346278	Porca flange 3/4", latão premium, p/ linhas de cobre, gás e ar	un	20		R\$ 20,73	R\$ 414,60
70	346278	Porca flange 3/8", latão premium, p/ linhas de cobre, gás e ar	un	20		R\$ 10,83	R\$ 216,60
71	346278	Porca flange 5/8", latão premium, p/ linhas de cobre, gás e ar	un	20		R\$ 31,10	R\$ 622,00
72	265230	Pressostato Diferencial De Baixa e Alta Pressão Tipo KP15 Automático	un	3		R\$ 297,31	R\$ 891,93
73	486360	<p>Rebitador tipo Alicate 8"; - Empunhadura de borracha confortável e bem ajustável aos dedos, muito mais ergonômica para usos rotineiros.</p> <p>- Quatro pontas em Cr-Mo nas medidas 2.4 mm, 3.2 mm, 4 mm e 4.8 para Rebites de 8mm, (3 pontas posicionadas na traseira da haste e 1 ponta no rebitador) - Garantindo melhor organização.</p> <p>- Acionamento por mola aplicando a máxima alavancagem com o mínimo de esforço.</p> <p>- Pontas em cores para identificação das medidas e com acabamento recartilhado para melhor fixação manual.</p> <p>- Trava de segurança</p> <p>- Tipos de rebites indicados: Alumínio, Cobre e Aço.</p> <p>Especificações:</p> <p>- Material: Corpo da ferramenta em aço e pontas em Cr-Mo</p> <p>- Público-Alvo: Indispensável para profissionais que atuam em manutenção em Indústrias automobilísticas, indústria em geral, serralheria, construção civil e especialista em chapas de metal.</p> <p>Marca não restritiva: Sata</p> <p>Código não restritivo: ST90501SC</p>	un	2		R\$ 124,28	R\$ 248,56
74	340311	<p>Refil compatível com bebedouros linha Soft; Compatível com purificadores de água da linha Soft e outros purificadores multimarca que tenham entrada/adaptador rosca 1/2".</p> <p>É necessário realizar a troca do refil a cada 6 meses ou quando forem consumidos 4000 litros de água (o primeiro que ocorrer).</p> <p>Qualidade Comprovada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marca não restritiva: ZUFER • Modelo não restritivo: Clarus ZF 2200 • Carvão ativado com prata: impede a proliferação de micróbios • Eficiência microbiológica • Reset Magnético 	un	50		R\$ 63,00	R\$ 3.150,00

		<ul style="list-style-type: none"> Vida útil: 4000 litros ou 6 meses Vazão: 50/60L por hora 					
75	432796	<p>Refil filtro de purificação de água; Elemento de 5 etapas de filtração;</p> <p>Materiais por etapa: polipropileno, carvão ativado com prata coloidal, microfibra de densidade graduada; carvão ativado com prata coloidal; polipropileno;</p> <p>Eficiência na retenção de partículas: Classe (P) III, tamanho da partícula (µm) 5 a 15;</p> <p>Eficiência na retenção de cloro livre: Classe (C) I75%;</p> <p>Vazão: 60l/h;</p> <p>Aplicação: Purificadores IBBL PDF-300, 300-2T, BDF-300, FR600, Evolux, PFN2000.</p> <p>Referência não restritiva: IBBL C+5</p>	un	200		R\$ 61,30	R\$ 12.260,00
76	350146	<p>Refil Filtro Ef 230 Ap 230 Prata Coloidal Carvão Ativado; Refil EF 230 EF ELEMNTO FITRANTES COM ROSCA 1/2</p> <p>COMPATIBILIDADE:</p> <p>COM OS APARELHOS POLIFIL300 / 3M AQUALAR AP 230 / AQUAPLUS 230 / EF 230 s Planeta Água FIT 230, FIT 230 Premium, 230, Améris AM230 e outros.</p> <p>Carcasas de 10 polegadas que usa refil com rosca</p> <p>Controle microbiológico: Sim</p> <p>Vida Útil ; 5000 L</p> <p>Vazaõ nominal : 360 L/H</p> <p>Retenção Particulado : Classe C de 5 a 15 micras</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS : 72 X 230 mm</p> <p>Conforme NBR 16098</p>	un	30		R\$ 68,78	R\$ 2.063,40
77	622739	<p>Refil Filtro para Purificador Canovas Kit FPC; Refil 100% nacional, com Selo e qualificação do Inmetro.</p> <p>Aprovado pelo Ministério da SAÚDE, conforme embalagem.</p> <p>Compatível com Purificadores Canovas LP, Resist e BCC fabricados após 2014.</p> <p>Unidades por kit: 2 (pré filtro e carvão ativado)</p> <p>Vida útil: 6 meses</p> <p>Método de filtragem: Carbono</p> <p>Fluxo máximo de água: 50 l/min</p> <p>Purificadores compatíveis: canovas</p> <p>Composição: Carvão</p> <p>Substâncias removidas: Cloro</p> <p>Altura x Largura x Profundidade: 27 cm x 6.4 cm x 6.4 cm</p> <p>Marca não restritiva: Planeta Agua</p> <p>Modelo não restritivo: Kit FPC</p>	un	20		R\$ 120,62	R\$ 2.412,40
78	627717	<p>Refil Filtro Para Purificador de Água Soft Everest; Vida útil: 12 meses</p> <p>Método de filtragem: Carvão ativado</p> <p>Fluxo máximo de água: 60 l/h</p> <p>Purificadores compatíveis: Soft Everest</p> <p>Dimensões: Altura 24cm; largura 7,7cm; profundidade 7,7cm</p> <p>Peso: 370g</p> <p>Material: Polipropileno e carvão</p> <p>Código não restritivo: EAN 7898002561871</p> <p>Pressão de Funcionamento: 29,4 kPa mín. a 392 kPa máx.</p> <p>Temperatura de Operação: 5°C mín / 45°C máx</p> <p>Refil para filtro de bebedouro industrial, mod. Pa</p>	un	50		R\$ 115,89	R\$ 5.794,50

79	613741	200; Vazão 680 l/h dimensões (altura x diâmetro) 16,92 cm x 7,45 cm Temperatura de operação mínima 4°C Temperatura de operação máxima 38°C Vazão 680 l/h Vida útil nominal (relacionado a redução de cloro livre) 2500 l Dimensões (altura x diâmetro) 16,92 cm x 7,45 cm Pressão estática mínima 20 kpa Pressão estática máxima 700 kpa Composição do refil: invólucro em polipropileno, elementos de entrada e saída em celulose e carvão ativado granular com sais de prata	un	60		R\$ 35,92	R\$ 2.155,20
80	449088	Refil wfs 025 slim flow composição: efps dolomita e carvão ativado com prata; Índice de dolomita e controle de ph vida útil: 3000 litros ou 6 meses. Refil/filtro wfs 025 - slim flow Composição: efps dolomita e carvão ativado com prata. Índice de dolomita e controle de ph Vida útil: 3000 litros ou 6 meses. Pressão mínima: 2,5 mca (25 kpa) Pressão máxima: 70 mca (700 kpa) Vazão: 50/60 horas. Eficiência retenção de partículas: classe c Eficiência redução de cloro: se aplica Eficácia antimicrobiana: se aplica Compatível com: líder, fontana 30, pasillo 80s, mimo 030, manancial 120-1/120-2, pasillo 40, pasillo 80 slim Ref. Não restritiva: water filters solutions	un	100		R\$ 74,15	R\$ 7.415,00
81	609850	Relé de potência p/ micro-ondas, bobina 12V, carga 125V/20A, ref. 302WP-1AH-C	un	30		R\$ 14,55	R\$ 436,50
82	393385	Relé miniatura 120VAC, contato reversível 15A	un	10		R\$ 8,96	R\$ 89,60
83	393384	Relé miniatura 24VDC, contato reversível 15A, ref. Metaltex AX1RC3	un	10		R\$ 8,89	R\$ 88,90
84	458708	Reparo Para Mangueiras Manifold; Marca não restritiva: Hulter Modelo não restritivo: LT-CHP-03 Combo Vedação Mangueira Manifold Reparo Resistente Borracha 1/4 SAE Reparo mangueira manifold Rígida Branca	un	50		R\$ 8,93	R\$ 446,50
85	314228	Rolamento 608 zz 8x22x7mm	un	40		R\$ 9,45	R\$ 378,00
86	263729	Rolamento 6201 - Furo 1/2 Zz Furo Maior 12,7 mm	un	15		R\$ 9,96	R\$ 149,40

87	472549	Rolamento 6208 FT150 ZZ SNR 40x80x18 mm	un	10		R\$ 75,31	R\$ 753,10
88	472549	Rolamento 6308 ZZ C3 TRC 40x90x23 mm	un	10		R\$ 29,12	R\$ 291,20
89	472555	Rolamento 6309 ZZ C3 GBR 45x100x25mm	un	10		R\$ 54,71	R\$ 547,10
90	601218	Rolamento Rígido De Esferas 627-2z Prata; Marca não restritiva: SKF	un	30		R\$ 17,00	R\$ 510,00
91	605802	Selo Mecânico 1 1/4" TS-P; Modelo: TS-P Tipo: Selo Mecânico Diâmetro: 1 1/4" (meia polegada) Material: Viton (borracha sintética de alta resistência a temperaturas extremas e produtos químicos agressivos) Aplicação: Vedação de eixos rotativos em sistemas hidráulicos e industriais de alta performance Resistência: Alta resistência a produtos químicos, óleos, solventes e altas temperaturas	un	15		R\$ 40,80	R\$ 612,00
92	605801	Selo Mecânico 1 3/8" TS-P; Modelo: TS-P Tipo: Selo Mecânico Diâmetro: 1 3/8" (meia polegada) Material: Viton (borracha sintética de alta resistência a temperaturas extremas e produtos químicos agressivos) Aplicação: Vedação de eixos rotativos em sistemas hidráulicos e industriais de alta performance Resistência: Alta resistência a produtos químicos, óleos, solventes e altas temperaturas	un	15		R\$ 58,97	R\$ 884,55
93	605805	Selo Mecânico 5/8" TS-P T1; Modelo: TS-P T1 Tipo: Selo Mecânico Diâmetro: 5/8" (meia polegada) Material: Viton (borracha sintética de alta resistência a temperaturas extremas e produtos químicos agressivos) Aplicação: Vedação de eixos rotativos em sistemas hidráulicos e industriais de alta performance Resistência: Alta resistência a produtos químicos, óleos, solventes e altas temperaturas	un	10		R\$ 18,73	R\$ 187,30
94	472890	Tarugo barra redonda Nylon PA6 Ø25 × 500 mm, cor natural (branca)	un	3		R\$ 36,23	R\$ 108,69
95	609855	Termostato p/ micro-ondas, ref. KSD301, 16A /250V, temperatura 150°C	un	15		R\$ 42,90	R\$ 643,50
		Termostato para Freezer Vertical Electrolux Fe26 Rc52609-2; Com regulagem de					

96	455453	temperatura; Referência não restritiva: Robertshaw RC52609-2P Código Não restritivo: Electrolux 64778618 Tensão: 127V/220V	un	50		R\$ 49,84	R\$ 2.492,00
97	484090	Torneira Para Purificador Latina Acquatronic, Acqua-ice; Material em plástico Compatíveis com vários modelos de purificadores de água Latina, PURITRONIC, PURI-ICE, PURIMIX, BR E, BR 3.3, BR HC, ACQUATRONIC, ACQUA-ICE e ACQUAMIX. Marca não restritiva: Latina	un	30		R\$ 14,69	R\$ 440,70
98	478716	Transformador de alta potência p/ micro-ondas, ref. GAL-900U-2, 120V	un	10		R\$ 645,97	R\$ 6.459,70
99	478716	Transformador de alta potência p/ micro-ondas, ref. MD101AMR-2, 120V	un	10		R\$ 450,61	R\$ 4.506,10
100	479868	Tubo Tocha Maçarico Portátil Automático Multiuso sem refil; Acompanha manual de utilização, cuidados e recomendações; - Conexão para gás MAP/PRO e propano; - Troca do refil de gás de maneira simples e rápida; - Acendimento instantâneo via interruptor; - Controle ajustável de chama; - Travamento via interruptor para chama contínua; - Chama com redemoinho para máximo aquecimento; - Atinge altas temperaturas chegando até 1800c; - Design ergonômico para um manuseio confortável; - Punho seguro contra aquecimento; - Corpo de alumínio para máxima durabilidade; - Bico giratório de 360;	un	2		R\$ 154,99	R\$ 309,98
101	322684	Válvula de Expansão Emerson 5 TR Solda AAE 5 HW 100 R22 R407C - 061185	un	2		R\$ 814,14	R\$ 1.628,28
102	607642	Válvula de serviço 1/2" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	20		R\$ 50,06	R\$ 1.001,20
103	607642	Válvula de serviço 1/4" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	20		R\$ 35,46	R\$ 709,20
104	607642	Válvula de serviço 3/4" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	10		R\$ 102,44	R\$ 1.024,40
105	607642	Válvula de serviço 3/8" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	20		R\$ 39,00	R\$ 780,00

106	607642	Válvula de serviço 5/8" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	10		R\$ 63,76	R\$ 637,60
107	607642	Válvula de serviço 7/8" p/ ar split, c/ acesso 1/4" p/ carga de gás	un	10		R\$ 154,42	R\$ 1.544,20
108	605382	Vareta Solda Foscooper 3/32 2,40mm x 46cm - 1 Kg Modelo: BR-FOS 3; Norma Aws: DIN EN 1044 CP 2011; Comprimento: 46 cm; Diâmetro: 2,40 mm; Alongamento (%): 5%; Intervalo de fusão (°C): 710-820; Temperatura de trabalho (°C): 720; Composição de trabalho (°C): Cu: 92,9% P: 7,1%; Indicada para brasagem de cobre e suas ligas de cobre; Peso unitário aproximado: 16 gramas.	Kg	3		R\$ 203,94	R\$ 611,82
109	473430	Ventilador Cooler para Purificador Bebedouro Electrolux Latina; Dimensões compactas de 92x92x25 mm Voltagem de 12v Corrente de 0,18A, Marca Não restritiva: Hultex	un	50		R\$ 72,00	R\$ 3.600,00
110	340251	Cabo elétrico tipo PP, com quatro condutores de seção nominal de 2,5 mm² cada, fabricados em cobre eletrolítico, têmpera mole, com encordoamento flexível classe 5, isolados individualmente em PVC e reunidos sob cobertura externa em PVC de alta resistência mecânica, indicado para alimentação de equipamentos móveis ou semifixos, extensões e máquinas elétricas, tensão isolamento 750 V, temperatura de operação mínima de 70 °C, resistente à abrasão e à umidade, devendo atender às normas ABNT NBR NM 247-5 e ABNT NBR 13249, ou equivalentes, com identificação dos condutores e marcação indelével do fabricante, seção e norma ao longo da capa. Obs.: Rolo com 100m.	rolo	2		R\$ 1.411,38	R\$ 2.822,76
111	387676	Tubo de cobre flexível, sem costura, para aplicação em sistemas de ar-condicionado, diâmetro nominal de 3/4 pol, espessura de parede de 1/32 pol.	m	200		R\$ 69,15	R\$ 13.830,00

1.1.1. Valor total estimado da contratação: R\$ 298.017,81 (duzentos e noventa e oito mil, dezessete reais e oitenta e um centavos).

1.1.2. Havendo divergência entre o Compras.Gov e o Termo de Referência, principalmente no tocante à descrição dos itens, prevalecerá o disposto no TR.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns em razão de suas especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de descrição objetiva, o que permite a comparação direta entre as propostas e a seleção da mais vantajosa para a Administração, sem a necessidade de soluções técnicas personalizadas ou de elevada complexidade.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias corridos contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Nota de Empenho oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que acompanham este Termo de Referência. Tal estudo apresentou a seguinte conclusão:

2.1.1. A aquisição de peças e materiais diversos é essencial para garantir o pleno funcionamento das instalações da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialmente no que se refere aos sistemas de climatização e conservação de equipamentos e ambientes sensíveis à temperatura, como laboratórios, centros de dados, bibliotecas, salas de aula, unidades administrativas e espaços destinados à pesquisa científica.

2.1.2. Os materiais requisitados serão utilizados na manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, câmaras frias, chillers, exaustores, ventiladores e demais equipamentos de refrigeração, garantindo o conforto térmico dos usuários, a preservação de equipamentos e a integridade de experimentos e materiais sensíveis.

2.1.3. Além disso, a manutenção regular e o fornecimento adequado de peças e insumos (como filtros, capacitores, gases refrigerantes, sensores, entre outros) são fundamentais para evitar interrupções nas atividades acadêmicas e administrativas, bem como para assegurar a eficiência energética e prolongar a vida útil dos equipamentos.

2.1.4. A demanda foi identificada com base em levantamentos realizados pelas equipes de manutenção da UFMG, considerando o histórico de uso e desgaste dos materiais, bem como as necessidades previstas para o período de vigência da contratação/aquisição.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000036/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 09/11/2025;

III) Id do item no PCA: 467;

VI) Classe/Grupo: 3460 - ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS-FERRAMENTAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 153267-6/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência.

3.1.1. A solução proposta consiste na aquisição de peças e materiais diversos destinados à refrigeração e climatização, com o objetivo de atender às demandas das unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos diversos campi da instituição. A medida visa promover a melhoria das condições ambientais nos espaços institucionais, assegurando ao público interno e externo condições adequadas de conforto térmico, bem como melhor qualidade da água fornecida por bebedouros e purificadores distribuídos nas referidas unidades.

3.1.2. Ressalta-se que esse tipo de solução é amplamente adotado por diversos órgãos da Administração Pública, em razão da natureza recorrente e essencial das necessidades atendidas. A aquisição será realizada por meio de pregão, na forma eletrônica, procedimento adequado à contratação de bens comuns, nos termos da legislação vigente, com vigência contratual de 12 (doze) meses a contar da data de sua homologação, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.).

3.1.3. A empresa fornecedora será selecionada mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico. Considerando a essencialidade dos bens, é fundamental que o processamento do certame ocorra no menor prazo possível, a fim de evitar prejuízos à continuidade dos serviços e ao interesse público primário. A adoção desse procedimento permite maior celeridade na contratação e racionalização dos recursos administrativos, mitigando impactos decorrentes de atrasos no fornecimento.

3.1.4. A vigência do contrato decorrente do processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Eventual prorrogação não implicará alteração dos quantitativos inicialmente contratados, mantendo-se as mesmas condições pactuadas, observado o interesse público e a adequação às necessidades da Administração.

3.1.4.1. Optou-se por esse modelo de contratação por ser o mais adequado ao presente caso, considerando a natureza do objeto, que consiste em fornecimento único, a ser executado em prazo determinado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo, com vigência vinculada ao prazo necessário para a entrega do objeto e ao cumprimento das obrigações contratuais, não se caracterizando como fornecimento contínuo, mas sim como execução pontual, compatível com as necessidades da Administração.

3.1.4.1.1. Quanto à possibilidade de renovação de quantitativos, registra-se que os Pareceres nº 00015/2024/CPLC/SUBCONS/PGF/AGU e nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, exarados no âmbito do processo NUP 71000.062490/2024-61, consolidaram entendimento no sentido de que tal hipótese somente é admissível quando houver previsão expressa no planejamento da contratação, devida justificativa técnica da estimativa de demanda e comprovação de vantajosidade para a Administração. No entanto, considerando que a presente contratação se refere a fornecimento único, com quantitativos definidos no planejamento e execução pontual do objeto, a hipótese de renovação de quantitativos não se aplica ao caso concreto, permanecendo os quantitativos limitados àqueles originalmente estimados e contratados.

3.1.4.1.2. Registra-se, ainda, que eventual prorrogação de prazos contratuais, quando admitida, não se confunde com a ampliação dos quantitativos originalmente contratados. Os quantitativos definidos no planejamento da contratação representam o limite máximo a ser executado, não sendo admitida sua majoração automática ou implícita no curso da execução contratual. Tal distinção é relevante para preservar o equilíbrio do planejamento inicial, evitar sobrestimações de demanda e assegurar a observância dos princípios do planejamento, da economicidade e da legalidade, garantindo que a execução contratual permaneça estritamente vinculada às condições originalmente pactuadas.

3.1.5. As referências a marcas e modelos constantes neste Termo de Referência são meramente exemplificativas e não possuem caráter restritivo, sendo utilizadas unicamente para facilitar a compreensão, por parte dos licitantes, das especificações técnicas do item demandado.

3.1.6. É fundamental que as propostas apresentadas pelas licitantes contenham a indicação expressa da marca e do modelo dos produtos ofertados, ainda que tais informações não constem diretamente da descrição do item neste documento.

3.1.7. Na fase de julgamento das propostas, caso sejam ofertados produtos de marcas ou modelos distintos daqueles citados como referência, será obrigatória a apresentação de catálogos técnicos, manuais ou documentos equivalentes que possibilitem a análise completa das especificações técnicas dos itens propostos.

3.1.8. Da mesma forma, a recusa de determinada marca ou produto somente poderá ocorrer mediante a identificação de uma ou mais das seguintes condições: especificações técnicas irregulares, características divergentes, incompatibilidades com os requisitos definidos ou inexistência das funcionalidades exigidas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. “Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”;

4.1.2. “Só será admitida a oferta do produto motores elétricos trifásicos de indução que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 290 de 07/07/2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”;

4.1.3. “Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012”.

4.1.4. Para o fornecimento dos materiais, objeto desta contratação, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República;

4.1.5. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na Resolução nº. 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências abaixo assinaladas:

4.1.5.1. Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.5.2. Só será admitida a oferta de materiais de refrigeração e climatização, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981, conforme item 2.833-2/00 do Anexo III da Instrução Normativa IBAMA nº. 31, de 03/12/2009;

4.1.5.3. Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.5.4. Nos termos do Decreto nº. 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação não restritiva ~~da(s) seguinte(s)~~ de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e itens 3.1.5 a 3.1.8 deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os pagamentos somente serão realizados após a entrega dos materiais, o que mitiga os riscos à Administração e assegura o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, a participação será exclusiva para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Margem de Preferência:

4.6. O objeto da contratação possui itens que se enquadram nas margens de preferência **normal** de 10% e **adicional** de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto no Anexo I da Resolução SEGES-CICS /MGI n.º 4 /2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras**.

4.6.1. Os itens que estão presentes no Anexo I da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4/2024 alterado pela Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8/2025, são os seguintes, conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Margem de preferência

Item disposto na tabela 1 deste TR	NCM	Especificação resumida	Percentual %	
			Margem normal	Margem adicional
6	8423	Balança Para Ar Condicionado	10	10
11 a 13	8532.22.00	Capacitor	não se aplica	não se aplica
14	8532.21.90	Capacitor	não se aplica	não se aplica
15 a 20	8532.22.00	Capacitor	não se aplica	não se aplica
22	85.41	Célula Peltier Universal Para Purificador De Água e Bebedouros	10	não se aplica
31	8536.50.90	Contator Tripolar 12a 220vca 1na	10	não se aplica
32	8536.50.90	Contator Tripolar 25a 220vca 1na	10	não se aplica
33	8536.50.90	Contator Tripolar 32a 220vca 1na	10	não se aplica
34	90.32	Controlador de temperatura	10	não se aplica
35	8536.50.90	Controle Chave Para Ventilador De Parede	10	não se aplica
44	84.73	Fonte Ajustável Regulada Bancada	10	não se aplica
45	84.73	Fonte/carregador bivolt	10	não se aplica
48	8536.10.00	Fusível de vidro alta tensão p/ micro-ondas	não se aplica	não se aplica
62	8536.50.90	Micro chave para forno micro-ondas	10	não se aplica
65 e 66	8536.69.90	Plug macho p/ rabicho	não se aplica	não se aplica
72	90.32	Pressostato Diferencial De Baixa e Alta Pressão	10	não se aplica
82	8536.4	Relé miniatura 120VAC, contato reversível 15A	10	não se aplica
83	8536.4	Relé miniatura 24VDC, contato reversível 15A	10	não se aplica
96	90.32	Termostato para Freezer Vertical	10	não se aplica

4.6.1.1. Todos os itens constantes do Anexo I da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4/2024, alterado pela Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8/2025, foram incluídos no Termo de Referência, independentemente de apresentarem valor percentual no campo específico. Essa inclusão integral visa garantir a aderência

completa à norma vigente, evitando omissões e assegurando a conformidade legal e a transparência do procedimento licitatório. Para os itens sem valor percentual, registra-se “não se aplica”, mantendo a consistência e a clareza das informações apresentadas.

4.6.2. O licitante fica responsável por apresentar, no momento da habilitação, alguns dos documentos, conforme o caso, que comprove o atendimento das regras de origem e das regras de qualificação de que tratam os artigos 3º e 4º da Resolução SEGES-CICS/MGI n.º 4/2024.

4.6.3. Os usuários, do tipo fornecedor, terão que informar a origem geográfica (de qual país) do seu produto (material) / serviço, endereço atualizado e direito a margem de preferência normal, ou adicional ou não se aplica, conforme o caso, quando do cadastramento da proposta no item da contratação.

4.6.4. Caso o melhor classificado em compra com margem de preferência tenha indicado que tinha direito a essa condição, mas, em fase posterior, seja verificado que não tinha, caberá ao agente de contratação realizar as diligências que julgar necessárias para sanar a situação. Se comprovada a impropriedade, o agente de contratação poderá desclassificar a proposta do fornecedor que deu a informação equivocada e o sistema irá buscar, de forma automática, dentre os outros proponentes, aquele que se enquadra na condição de mais bem classificado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho/Pedido de Fornecimento enviado pela UFMG, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Almoxarifado do Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura (DEMAI) Campus Pampulha da UFMG - situado à Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG, Fone (31) 3409-4466, no horário de segunda à quinta-feira de 07h30 às 11h30 e de 13h às 17h e sexta-feira de 07h30 às 11h e de 13h às 16h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.11. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no instrumento substitutivo do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Nota de Empenho deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Nota de Empenho, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a contratante e contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após o aceite da Nota de Empenho, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução da Nota de Empenho deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal formalmente designado pela Autoridade Competente ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal acompanhará a execução da Nota de Empenho, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento da Nota de Empenho todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução da Nota de Empenho, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal informará à Autoridade Competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que este adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Nota de Empenho nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente à Autoridade Competente.

6.12. O fiscal comunicará ao ao Setor de Contratos, em tempo hábil, o término do prazo da Nota de Empenho sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à sua prorrogação.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal da Nota de Empenho verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Autoridade Competente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscal da Nota de Empenho

6.16. Cabe ao fiscal da Nota de Empenho:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Nota de Empenho contendo todos os registros formais da execução no histórico de seu gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Nota de Empenho para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.3. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.4. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos da Nota de Empenho.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho;
- b) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Nota de Empenho;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Nota de Empenho;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Nota de Empenho;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total da Nota de Empenho prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da da Nota de Empenho.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Nota de Empenho, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Nota de Empenho.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados da Nota de Empenho e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução da Nota de Empenho;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Nota de Empenho, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/01/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 298.017,81 (duzentos e noventa e oito mil, dezessete reais e oitenta e um centavos), conforme valores unitários apostos na **tabela 1 deste Termo de Referência**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: Universidade Federal de Minas Gerais - 15229 / Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura - 153267;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho: 230045;

IV) Elemento de despesa: 339030 - 449052; e

V) Plano interno: M0000Q0167N - M20RKG6067N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas e não se enquadram nas hipóteses de informação pessoal, de acesso restrito ou sigiloso de que tratam a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, estando assegurados o direito fundamental de acesso à informação, conforme previsto no inciso II do art. 3º da Lei nº 12.527/2011.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

13.2.3. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1. São obrigações do Contratante:

13.3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada e certificação válida emitida pelo INMETRO, quando aplicável;

13.4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.4.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.4.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.4.1.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.4.1.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.4.1.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.4.1.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

13.5. DA EXTINÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

13.5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

13.5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

13.5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção da Nota de Empenho e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.5.3. Indenizações e multas.

13.5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.6. DOS CASOS OMISSOS

13.6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.7. ALTERAÇÕES

13.7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. FORO

13.8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALDIR JACOB DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 16:36:39.

OCTAVIO INACIO DA SILVA

Equipe de apoio

DANIEL DA SILVA OLIVEIRA

Equipe de apoio

SILAS GONCALVES DE MEIRELES

Equipe de apoio

ANDRE GONCALVES DE OLIVEIRA

Diretor - DME



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 17:08:56.

GERALDINO DE SOUZA GOMES

Autoridade competente